

**PROPOSTA DE SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI Nº 1.181, DE 2003**

Versão Final da Câmara Técnica de Análise de Projeto-CTAP

Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB.

Art. 2º Esta lei aplica-se a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de estéril e de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, e que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

I – altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a quinze metros;

II – capacidade total do reservatório maior ou igual a três milhões de metros cúbicos;

III – reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis;

IV – categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 7º.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – Barragem: qualquer estrutura em um curso permanente ou temporário de água, ou talvegue, para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou misturas de líquidos e sólidos, compreendendo a estrutura do barramento e suas estruturas associadas;

II – Reservatório: acumulação não natural de água, de substâncias líquidas ou mistura de líquidos e sólidos;

III – Segurança de Barragem: condição que vise manter a sua integridade estrutural e operacional, a preservação da vida, da saúde, da propriedade e ao meio ambiente;

IV – Empreendedor: agente privado, ou governamental, com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório ou que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade;

V – Órgão Fiscalizador: autoridade do poder público responsável pelas ações de fiscalização da segurança da barragem de sua competência.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS**

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB:

I – garantir a observância de padrões mínimos de segurança de barragens de maneira a reduzir as possibilidades de acidentes e suas consequências, visando proteção da população e do meio-ambiente;

II – criar condições para que se ampliem o universo de controle de barragens pelo poder público com base na fiscalização, orientação e correção das ações de segurança;

III – regulamentar as ações mínimas de segurança a serem adotadas nas fases de planejamento, projeto, construção, primeiro enchimento e primeiro vertimento, operação, desativação e de usos futuros de barragens em todo o território nacional;

IV – promover o monitoramento e acompanhamento das ações de segurança empregadas pelos responsáveis por barragens;

V – coligir informações que subsidiem práticas de gerenciamento governamentais quanto aos aspectos de segurança;

VI – estabelecer conformidades de natureza técnica que permitam a avaliação da adequação aos parâmetros estabelecidos pelo poder público.

CAPÍTULO III

DOS FUNDAMENTOS

Art. 5º São fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB:

I – a segurança de uma barragem influi diretamente na sua sustentabilidade e no alcance de seus potenciais efeitos sociais e ambientais;

II – a segurança de uma barragem deve ser considerada nas suas fases de planejamento, projeto, construção, primeiro enchimento e primeiro vertimento, operação, desativação e de usos futuros;

III – a população deve ser informada e estimulada a participar, direta ou indiretamente, das ações preventivas e emergenciais;

IV – o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento das ações para a garantia da segurança da mesma.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS

Art. 6º São instrumentos da PNSB:

I – o sistema de classificação de barragens por categoria de risco e por dano potencial associado;

II – o Plano de Segurança da Barragem;

III – o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB.

IV – a educação e comunicação sobre a segurança de barragens.

Seção I

Da Classificação

Art. 7º As barragens serão classificadas por categoria de risco e por dano potencial associado

§1º A classificação por categoria de risco em alto, médio ou baixo, será feita em função das características técnicas, do estado de conservação do empreendimento e do atendimento do plano de segurança de barragem;

§2º A classificação por categoria de dano potencial associado em alto, médio ou baixo, será feita em função do potencial de perdas de vidas humanas e impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da ruptura da barragem;

§3º Os critérios de classificação serão estabelecidos pelos respectivos órgãos fiscalizadores de que trata esta Lei.

Seção II

Do Plano de Segurança da Barragem

Art. 8º O Plano de Segurança da Barragem deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – a identificação do empreendedor;

II – os dados técnicos da implantação do empreendimento, bem como os necessários para a operação e manutenção da barragem;

III – a estrutura organizacional e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança de barragens;

IV – os manuais de procedimentos que contemplarão os roteiros de inspeções de segurança, de monitoramento e dos relatórios de segurança de barragens;

V – os resultados das inspeções de segurança;

VI – as revisões periódicas de segurança;

VII – a regra operacional dos dispositivos de descarga;

VIII – a indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos, a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes, exceto aqueles indispensáveis à manutenção e operação da barragem;

IX – o Plano de Ação Emergencial – PAE, quando exigido.

§1º A periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento dos planos de segurança deverão ser estabelecidos pelo órgão fiscalizador.

§2º As exigências indicadas nas inspeções periódicas de segurança da barragem devem ser contempladas nas atualizações do Plano de Segurança.

Art. 9º A periodicidade, o conteúdo mínimo, o nível de detalhamento das inspeções de segurança regular e especial deverão ser estabelecidos pelo órgão fiscalizador em função da categoria de risco e dano potencial associado da barragem.

§1º A inspeção de segurança regular será efetuada pela própria equipe de segurança da barragem, devendo o relatório resultante estar disponível para o órgão fiscalizador.

§2º A inspeção de segurança especial será elaborada, conforme orientação do órgão fiscalizador, por equipe multidisciplinar de especialistas, em função da categoria de risco e dano potencial associado da barragem, nas fases de construção, operação e desativação, devendo considerar as alterações das condições a montante e jusante da barragem.

§3º Os relatórios resultantes das inspeções de segurança devem indicar as ações a serem adotadas pelo empreendedor para a manutenção da segurança da barragem.

Art. 10 Revisões Periódicas de Segurança de Barragens deverão ser realizadas, observada a periodicidade máxima de dez anos, com o objetivo de verificar o estado geral de segurança da barragem, considerando o atual estado da arte para os critérios de projeto, atualização dos dados hidrológicos e as alterações das condições a montante e jusante da barragem.

§1º A periodicidade, a qualificação técnica da equipe responsável, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento da revisão de segurança periódica serão estabelecidos pelo órgão fiscalizador em função da categoria de risco e danos potenciais associados da barragem.

§2º A revisão de segurança periódica deve indicar as ações a serem adotadas pelo empreendedor para a manutenção da segurança da barragem, compreendendo, para tanto:

I – o exame de toda a documentação da barragem, inclusive os relatórios de inspeções;

II – o exame dos procedimentos de manutenção e operação adotados pelo empreendedor;

III – a análise comparativa do desempenho da barragem em relação às revisões efetuadas anteriormente.

Art. 11 Em função das categorias de risco e de dano potencial associado o órgão fiscalizador poderá determinar a elaboração de Plano de Ações Emergenciais – PAE, devendo exigí-lo sempre para as barragens classificadas como danos potenciais associados alto.

Art. 12 O PAE estabelecerá as ações a serem implementadas pelo empreendedor da barragem em caso de situação de emergência, bem como identificará os agentes a serem notificados dessa ocorrência, devendo prever pelo menos:

I – identificação e análise das possíveis situações de emergência;

II – procedimentos para identificação e notificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura da barragem;

III – procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados, com indicação do responsável por cada ação, para as situações de emergência.

IV – Estratégia e meio de divulgação para as comunidades potencialmente

afetadas em situação de emergência.

Parágrafo único. O PAE deve estar disponível no empreendimento e nas prefeituras envolvidas, bem como ser encaminhado às autoridades competentes e aos organismos de Defesa Civil.

Seção III

Do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens

Art. 13 Fica instituído o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB, para registro informatizado das condições de segurança das barragens existentes em todo o território nacional consistindo de um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações.

§1º O SNISB contemplará barragens em construção, em operação e desativadas.

§2º As barragens definidas no art. 2º deverão obrigatoriamente ser cadastradas no SNISB.

Art. 14 São princípios básicos para o funcionamento do SNISB:

I - descentralização da obtenção e produção de dados e informações;

II - coordenação unificada do sistema;

III - acesso aos dados e informações garantido a toda a sociedade.

Art. 15 São objetivos do SNISB:

I – reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação da segurança das barragens existentes no Brasil;

II – atualizar permanentemente as informações sobre a segurança da barragens existentes em todo o território nacional.

Seção IV

Da Educação e Comunicação

Art. 16 A Educação e Comunicação sobre segurança de barragem têm por objetivo conscientizar a sociedade da importância da segurança de barragens

Parágrafo único. Os órgãos fiscalizadores e empreendedores deverão

I – Os órgãos fiscalizadores e empreendedores deverão apoiar e promover ações descentralizadas, com o objetivo de conscientizar e desenvolver o conhecimento sobre segurança de barragens.;

II – elaborar material didático;

III – manter sistema de divulgação sobre a segurança das barragens sob sua jurisdição.

IV – promover parcerias com instituições de ensino, pesquisa e associações técnicas relacionadas a engenharia de barragens e áreas afins.

CAPÍTULO V DAS COMPETÊNCIAS

Art. 17 Caberá ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH:

I – zelar pela implementação da Política Nacional sobre Segurança de Barragens - PNSB ;

II – promover a articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragens;

III – estabelecer diretrizes gerais para implementação da Política Nacional sobre Segurança de Barragens - PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional sobre Segurança de Barragens - SNISB;

Parágrafo único. O CNRH deverá emitir, normas e procedimentos gerais para implantação do SNISB, considerando a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento das informações sobre

segurança, determinado em função da categoria de risco e dano potencial associado da barragem.

Art. 18 Caberá à Agência Nacional de Águas – ANA organizar, implantar e gerir o SNISB, devendo coordenar a elaboração do relatório de segurança de barragens.

Parágrafo único. A ANA deverá encaminhar ao CNRH, anualmente, o relatório consolidado sobre segurança de barragens.

Art. 19 O órgão fiscalizador, no âmbito de suas atribuições legais, fica obrigado a:

I – Elaborar e implantar cadastro das barragens sob sua jurisdição para fins de incorporação no SNISB, no prazo máximo de dois anos, a partir da data de publicação desta Lei;

II – manter atualizado o cadastro de informações sobre segurança das barragens existentes em sua área de jurisdição, identificando os respectivos empreendedores;

III – exigir do empreendedor a anotação de responsabilidade técnica por profissional habilitado pelo Sistema CONFEA/CREA, dos estudos, planos, projetos, construção, fiscalização e demais relatórios citados nesta Lei;

IV – exigir do empreendedor o cumprimento das recomendações contidas nos relatórios de inspeção e revisão periódica de segurança;

V – articular-se com outros órgãos envolvidos com a implantação e a operação de barragens no âmbito da bacia hidrográfica..

Parágrafo único. O órgão fiscalizador deverá informar imediatamente à ANA e ao Sistema Nacional de Defesa Civil sobre qualquer não conformidade que implique em risco imediato à segurança ou acidente ocorrido nas barragens sob sua jurisdição.

Art. 20 A fiscalização da segurança de barragens caberá:

I – à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos quando o objetivo for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico;

II – à entidade que concedeu ou autorizou o uso do potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica;

III – à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de estéril e de rejeitos;

IV – à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação e operação para fins de disposição de resíduos industriais

Art. 21 O empreendedor da barragem obriga-se a:

I – providenciar recursos necessários à garantia da segurança da barragem;

II – providenciar, para novos empreendimentos, a elaboração do projeto final como construído;

III – organizar e manter em bom estado de conservação as informações e documentações do projeto, construção, operação, manutenção, segurança e desativação quando couber, incluindo as anotações de responsabilidade técnica;

IV – informar ao respectivo órgão fiscalizador qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga ou comprometa a segurança da barragem;

V – manter serviço especializado em segurança de barragens, conforme estabelecido no plano segurança;

VI – permitir o acesso irrestrito do órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil ao local da barragem e à sua documentação de segurança;

VII – providenciar a elaboração e atualização do Plano de Segurança da Barragem, observadas as recomendações das inspeções e revisões periódicas de segurança;

VIII – Realizar as inspeções de segurança previstas no art. 9º desta Lei;

IX – Elaborar as revisões periódicas de segurança;

X – Elaborar o PAE, quando exigido;

XI – manter registros dos níveis dos reservatórios, com a respectiva correspondência em volume armazenado, bem como das características químicas e físicas, conforme estabelecido pelo órgão fiscalizador;

XII – manter registros dos níveis de contaminação do solo e do lençol freático na área de influência do reservatório, conforme estabelecido pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo único. Para reservatórios de aproveitamento hidrelétrico, a alteração de que trata o inciso IV também deverá ser informada ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 Os estudos, relatórios, planos e projetos indicados nesta Lei deverão ser elaborados e assinados por profissionais legalmente habilitados pelos respectivos órgãos de classe.

Art. 23 Os empreendimentos a serem implantados após a promulgação desta Lei, seus respectivos projetos deverão conter, além dos dados técnicos sobre a obra, todas as informações necessárias para a operação e manutenção da barragem em condições adequadas de segurança.

§1º O conteúdo e o detalhamento do projeto final deverão incluir os desenhos, as especificações construtivas, os manuais de operação e manutenção dos equipamentos e dispositivos, bem como os estudos hidrológicos, hidráulicos, geológicos, geotécnicos e ambientais atualizados;

§2º O projeto como construído deverá indicar como a barragem foi construída e conter todas as informações necessárias para a operação e manutenção da barragem em condições adequadas de segurança.

Art. 24 A barragem que apresentar condição de segurança inadequada deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, comunicando ao órgão fiscalizador as providências adotadas.

§1º A recuperação ou desativação da barragem deverá ser objeto de projeto específico;

§2º Quando necessário, diante da omissão ou inação do empreendedor, o órgão fiscalizador poderá tomar as medidas cabíveis visando minimizar os riscos e danos potenciais associados relativos à segurança da barragem e os custos desta ação deverão ser ressarcidos pelo empreendedor.

Art. 25 Os empreendedores de barragens enquadradas no Art. 2º desta Lei terão prazo de dois anos, contados a partir de sua publicação, para submeterem à aprovação dos órgãos fiscalizadores, relatório especificando as ações e o cronograma para a implantação do Plano de Segurança da Barragem.

Parágrafo único. Após o recebimento do relatório de que trata o caput, os órgãos fiscalizadores terão prazo de até um ano para se pronunciarem.

Art. 26 O descumprimento dos dispositivos desta Lei sujeita aos infratores às penalidades estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 27 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miniauditório, em 07 de junho de 2005.

Câmara Técnica de Análise de Projetos